

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará

Com grata satisfação, compareço hoje a este Tribunal de Justiça, o qual houve por bem conceder-me a Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, honraria que recebo na certeza de ser uma homenagem que se presta, mais que a mim, ao Superior Tribunal de Justiça, pois – bem sabem os dignos Desembargadores que me ouvem – a insana batalha em prol da Justiça não se luta só, mas irmanado com os que comungam o mesmo ideal. Nessa convicção, apresento aos membros desta Casa sinceros agradecimentos, em nome do Superior Tribunal de Justiça e no meu.

Regozija-me, ainda, partilhar estes momentos com o meu ilustre amigo Ministro Vicente Leal de Araújo, filho intelectual desta terra de homens valorosos, e com os demais agraciados, Desembargadores José Maria de Melo, ilustre Presidente deste Tribunal, e Agenor Studart Monte Gurgel, bem como os Doutores José Osmar de Oliveira e Mário Façanha Abreu.

Além da comenda com que fomos distinguidos, aproxima-nos o compromisso de servir à causa de um povo sequioso por justiça, cujos interesses são, muitas vezes, postergados, quando não vilipendiados. A cada brasileiro de quem forem feridos os direitos, é dever do Poder Judiciário dar-lhe uma resposta justa e célere. No cumprimento do seu mister, a Justiça precisa garantir aos cidadãos que eles serão respeitados, quer como indivíduos, quer como membros da cole-

tividade, e que serão salvaguardados os valores ético-jurídicos que constituem a pedra basilar de uma sociedade equânime, democrática e fraterna.

Muitos percalços apresentam-se no caminho da consecução de tão nobre fim – de reconhecê-los não se furtam os magistrados, como não se eximem da responsabilidade de propor e implementar soluções. Um exemplo da disposição de buscar formas de melhor atender ao jurisdicionado são as Escolas da Magistratura, instituições que se propõem a preparar o futuro Magistrado, a mantê-lo atualizado com as novas exigências legais e sociais, a aperfeiçoar as suas habilidades e conhecimentos.

A importância de tais Escolas só pode ser dimensionada quando se observa que, em nossa volta, os efeitos das rápidas transformações sociais, econômicas, culturais, políticas e até religiosas estão-se fazendo sentir nas relações jurídicas, como não poderia deixar de ser, dada a natureza dessas relações. E as mudanças têm-se sucedido na esteira dos avanços tecnológicos e da crescente globalização. Não se pode ignorar o alerta do historiador Eric Hobsbawm traduzido nestas palavras: Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Eis aí delineado o enigma proposto, no alvorecer do novo século, a todos aqueles que são responsáveis pelos destinos das nações, incluindo-se os operadores do Direito e, principalmente, os Magistrados, a quem cabe aplicar aos casos concretos as abstrações da lei.

Na qualidade de mais uma instância de reflexão, aqui se fundam as novas instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Estou convicto de que o nobre Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, que a preside, continuará a tarefa de oferecer oportunidades para que os Magistrados acompanhem e discutam as evoluções impostas a cada dia, neste mundo cambiante.

É de se notar que, se um vocábulo pudesse sintetizar a visão da nossa época, talvez fosse escolhida por muitos a palavra crise. Fala-se em crise dos modelos de Estado, crise das instituições, crise do Judiciário. Naturalmente, se enveredássemos por essa via, muitos pontos de estrangulamento poderiam ser citados para confirmar a propalada crise. Não se quer fechar os olhos a eles. Porém, hoje, vou optar pela palavra desafio, pois deparei aqui com respostas a alguns problemas.

Não poderia deixar de louvar a feliz iniciativa da inauguração da Creche Escola do Poder Judiciário, iniciativa que se soma a outras implementadas por este Tribunal na busca de melhorar as condições de trabalho dos seus Magistrados e servidores. Já em outra ocasião, tive oportunidade de louvar o excelente trabalho do Desembargador José Maria de Melo, e gratifica-me acompanhar as soluções dadas aos desafios decorrentes da nova ordem social. São ações dessa natureza que dão sentido ao dito de Hobsbawm: somente com os olhos postos no futuro, poder-se-ão superar os desafios de hoje.

Com essa visão, tem procurado também caminhar o Superior Tribunal de Justiça. Por sua iniciativa, foi sancionada, em dezembro passado, a Lei nº 9.756, que prevê o recurso especial retido, quando manifestado de decisão interlocutória, e estabelece outras medidas voltadas para a desburocratização dos feitos, o que permite maior celeridade aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Apelação. Diversas ações foram desenvolvidas no âmbito daquela Corte, com o firme propósito de impulsionar a adequação do Poder Judiciário às exigências dos novos tempos.

É um esforço que, certamente, não passa despercebido da população. Em recente pesquisa levada a efeito pelo instituto Vox Populi, constatou-se contar o Judiciário, entre os três Poderes da República, com o mais alto índice de confiabilidade dos brasileiros. É um dado significativo, que deve incentivar o Judiciário a perseverar na sua função de zelar pela cidadania e pelos princípios democráticos. Disse incentivar, porque seria injustiça não reconhecer o grande esforço que vêm fazendo os outros dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, em prol da coletividade. Os problemas sociais são graves e surgiram há muito tempo. Só com vontade política e trabalho perseverante poderão ser vencidos.

Ainda nesta semana, a Câmara dos Deputados, com apoio do Governo, aprovou o Projeto de Lei nº 4.569, de 1998, que cria cem Varas na Justiça Federal, as quais irão acelerar a cobrança de créditos fiscais da União e de autarquias federais. Só os créditos da União montam a cerca de 70 bilhões de reais. Ademais, a sua criação irá desafogar outras varas, permitindo maior rapidez no andamento de causas do interesse da população, como aquelas relativas a benefícios previdenciários.

Apraz-me sempre lembrar sábias palavras do grande orador sacro Padre Antônio Vieira: “(...) a omissão é um pecado que se faz não fazendo. São as omissões os mais perigosos dos pecados”. O que importa, portanto, é agir em prol de um Judiciário eficiente e renovado, pois somos nós os artífices do futuro e lutemos para que, no processo da História, sejamos a parte vencedora, após o trânsito em julgado.

Quero encerrar minha participação nesta solenidade reiterando os meus agradecimentos aos nobres Desembargadores presentes e afirmando que, se algum mérito me trouxe até aqui, foram certamente a perseverança no trabalho e a fé na humanidade.

* Discurso proferido em 15 de janeiro de 1999, por ocasião das solenidades de inauguração das instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e da Creche e Escola do Poder Judiciário e do recebimento da Medalha. Fortaleza – CE